

## opinião

## FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL  
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luiz Fries  
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila  
SUPERINTENDENTES: Carlos Fone de Leon e Jádil Brito  
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamant, Hélio Schwartzman, José Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Persio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fries e Sérgio Dávila (secretário)  
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Faria  
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonacio (finanças, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Rêmez (comercial)

## EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

## Toffoli abre a porteira

Decisões do STF que anulam ações anticorrupção deveriam ser colegiadas, não monocráticas

Para a surpresa de ninguém que acompanhe o noticiário, a Novonor, nome de rebatimento da antiga Odebrecht, pleiteou no Supremo Tribunal Federal a suspensão dos pagamentos à União dos valores previstos no acordo de leniência que a empresa firmou em 2016. A multa de R\$ 6,8 bilhões, fixada para ressarir o erário pelos desafios do esquema de corrupção confessado na esfera penal por 77 ex-executivos da companhia. As autoridades nacionais dos Estados Unidos e da Suíça selaram pactos concomitantes com a Odebrecht.

Não há indício de que norte-americanos e suíços estejam dispostos a voltar atrás nas sanções aplicadas. Já no Brasil uma larga porteira para a suspensão dessas reparações bilionárias foi aberta pela vontade monocrática do ministro Dias Toffoli, da corte constitucional. O primeiro ato do rolê, em balado num libelo de bajulação ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), deu-se em setembro, com a anulação das provas colhidas pela Lava Jato que embasaram o acordo de leniência com a Odebrecht. O ministro acatou o argumento de que os métodos empregados por procuradores e juízes da Lava Jato — expostos pela ação de um hacker — tornavam imprevisíveis todas as provas da corrupção escandalosa obtidas pela investigação. Não se acutou de exigir análise detalhada de cada prova. Pressionou

o botão da destruição em massa. A decisão soou como um clarim para o ataque aos acordos de leniência. A primeira a avançar foi a J&J, que obteve de Toffoli a intimação do ressarcimento à União — a despeito de o conglomerado manter sob contrato a mulher do ministro, advogada que atua numa disputa empresarial acesa da pelos termos da leniência.

Agora a própria sucedânea da Odebrecht requer o benefício, na esteira da raide da J&J. Está fadada a conseguir, a julgar pela boa vontade do ministro com a causa. Fum despatório que um juiz singular do Supremo, com os integrantes, continue concentrando tamanho poder. Desfazer um rumo rabeiro que a dezenas de autoridades em várias instâncias judiciais e administrativas construíram em quase uma década deveria exigir necessariamente o convencimento de outros cinco colegas ao menos. O atual presidente do tribunal, ministro Luis Roberto Barroso, foi um dos que resistiu ao revisionismo agado que está estimulando novamente a corrupção. Deveria ser do seu interesse levar ao plenário decisões monocráticas sobre o tema, como as de Toffoli. O Congresso Nacional também tem legitimidade para aprovar leis que assegurem a colegialidade nas deliberações da corte suprema, desde que se pautem por racionalidade e equilíbrio, não pela vingança.

## O não de Taiwan

Opositor de Pequim será presidente, mas urnas revelam mensagem ambígua na ilha autônoma

Os taiwaneses que foram às urnas no sábado (12) enviaram sinais ambíguos para a China, ditadura continental que considera a ilha autônoma parte de seu território.

O mais importante foi a eleição do atual vice-presidente, Lai Ching-te, paralarido o país nos próximos quatro anos. O político é um dos mais vocais opositores à pressão chinesa pela reintegração do país ao comando de Pequim.

O status político de Taiwan é complexo. A ilha foi governada por nacionalistas chineses, que perderam a disputa com os comunistas em 1949, e só transformou-se em uma democracia nos anos 1990. Apenas 11 dos 191 membros da ONU a reconhecem como um país. De tempos em tempos, Pequim sinaliza que pode fazer valer sua vontade "manu militari".

Quando firmaram relações com os chineses, em 1979, os americanos reconheceram implicitamente a demanda de Pequim sobre Taiwan. Ao mesmo tempo, estabelecram mecanismos pelos quais fornecem ajuda militar à ilha e sugerem proteção em caso de agressões.

Essa duplicidade estimula movimentos independentistas, embora Washington sempre reitere seu contra tal ruptura e defenda o diálogo com os chineses.

Nos últimos anos, visitas de altas autoridades americanas irritaram Pequim a ponto de ser constituído um regime permanente de pressão militar, com incursões aéreas e exercícios navais.

Em vez de tirar do poder o Partido Democrático Progressista (PDP), o ambiente conduziu Lai a um inédito terceiro mandato da sigla — um tapa na cara de Xi Jinping. Entretanto o resultado não foi esmagador. O vitória teve 42,1% dos votos, ante 33,5% e 26,5% dos candidatos do Kuomintang chinês e do Partido do Povo de Taiwan (PPT), respectivamente.

Ambos os rivais, favoráveis a negociar a situação de Taiwan com a China, chegaram até a encasilar uma candidatura conjunta contra Lai. Além disso, o PDP conquistou 51 cadeiras do Parlamento, enquanto seus opositores somaram 62. Isso poderá dificultar a vida do governo.

Mais importante, sinaliza que o não a Pequim tem chances. Ainda assim, prevalece a relação taiwanesa a uma adesão à China em termos análogos aos de Hong Kong.

Entre por Londres em 1997, este território era orgulhosamente apresentado por Pequim como modelo de autonomia — até que, em 2002, os chineses rasgaram o tratado que a garantia até 2047.



## Árbitro final

Hélio Schwartzman

O jogo é um problema. Embora a maioria das pessoas se mantenha sabidamente longe das apostas, minorias ponderáveis assumem comportamentos mais arriscados. Pesquisa Datafolha mostrou que 15% dos brasileiros fazem ou já fizeram apostas esportivas online, as chamadas bets. Os que o fazem com regularidade, ainda que bisetista, são 8%. Considerando que só uma fração diminuta dos jogadores frequentes desenvolve quadros patológicos, os números não destoam das prevalências globais. A situação muda um pouco se olharmos para cortes específicos. Entre os jovens (18 a 24 anos), 12% já fizeram uma vez; 16% apostam com regularidade.

Penso que há boas razões para as autoridades sanitárias ficarem alertas, mas não para a proibição do jogo. Basta lembrar que a proporção de alcoólatras na sociedade é maior que a de jogadores patológicos, mas nem por isso cogitamos de fechar os bares.

O jogo foi parcialmente proibido no Brasil durante tanto tempo devi-

do a uma estranha aliança entre direita e esquerda. Para a bancada da Bíblia, jogar é vício, e vícios devem ser eliminados. A posição da esquerda peca por inconsistência. Ela não hesita em invocar a autonomia individual para pedir a legalização das drogas, mas abandona o argumento quando o assunto é jogo. Não vejo como sustentar que o sujeito deve ser livre para fazer o que quiser com seu corpo (e sua saúde), mas não com seu bolso (e patrimônio). Um dos corolários do liberalismo que defendo é que cabe a cada indivíduo identificar suas vulnerabilidades e tentar controlá-las, ainda que seja difícil fazê-lo. O Estado pode e deve desenhlar regulamentações que ajudem as pessoas a conter seus próprios demônios, mas não pode destituir-las da condição de árbitro final. A lista de fragilidades humanas é ampla. Se o poder público for proibir tudo o que em alguma circunstância possa fazer mal a um grupo específico, muito pouca coisa estará dentro da lei.

helois@uol.com.br

## Cabeça de juiz

Dora Kramer

"Cabeça política", para usar expressão de Luiz Inácio da Silva, é atributo essencial ao que, como ele, exerce a Presidência da República ou quaisquer cargos em chefia no Poder Executivo. Se o governante não tiver a referida "cabeça", é caminho (mais que meio) andado para o fracasso das respectivas gestões.

Não é, como disse Lula ao anunciar o nome de Ricardo Lewandowski para o Ministério da Justiça e ao mesmo tempo celebrar, e justificar, a renomeação de Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal, critério exigido a magistrados. Quaisquer que sejam as instâncias de seus postos, os chefes de governo não podem ser chefes de governo sem a "cabeça".

O predicado a eles imposto é a boa reputação aliada ao saber jurídico. É muito mais ainda se espera daqueles com direito à última palavra nas decisões de interesse da nação, muito além das conveniências do Palácio do Planalto.

Lula não hesita a biografia, mas faz o que é de sua vontade quando usa o critério da fidelidade pessoal para indicar ministros ao STF. Isso não obriga os indicados a atende-

rem a expectativa presidencial, cujo "sorriso" confessa errar no tribunal alguém com "experiência de deputado, de senador, de ganhar e perder eleições".

Vários dos indicados em governos do PT não atenderam. Um deles, Luiz Fux, foi alvo de admoestação pública — com ar de denúncia — por que não "matou no peito" o julgamento do mensalão: como suposto então chefe da Casa Civil, José Dirceu, em sondagem prévia à indicação.

No início da atual mandato, o presidente disse que não repetiria "erros do passado", e agora fez como quis. Cabem aos juízes fazerem as coisas ao modo constitucional, não ao modo das vontades presidenciais. Podem se manter a altura institucional de suas funções ou podem se apequenar dando respaldo à ideia de Lula de transpor as dificuldades com o Congresso buscando facilidades no Supremo.

Tudo na vida são escolhas. Há liberdade para fazê-las. Já as consequências são inevitáveis. Para o bem e para o mal.

## Despontando para o anonimato

Alvaro Costa e Silva

Paulo Francis gostava de escrever que fulano "despontou para o anonimato". Pois os fulanos continuam, em maior número e com desastinada velocidade, florescendo para a obscuridade. Há uma fila deles, que foram mais ou menos influentes na política. Todos buscaram os 15 minutos de fama usando a suposição nas redes. Depois perderam força sob o peso de seus atos.

Marcelo Bretas, juiz da 2ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, conheceu pela atuação na Lava Jato, confectionou seu destino com paciência de ourives. Afastado do cargo sob suspeita de conduta irregular, dedicou-se à carreira de coach jurídico. No Instagram, apresenta vídeos sobre liderança e direito: abor das suas relações com a "Dona e Família". Ao menos não posta mais fotos de camiseta regata punçando feridas no academismo.

Bretas era conhecido como o Sérgio Moro carioso. Em sua luta para, em 2012, os chineses rasgaram o tratado que a garantia até 2047.

o senador Moro tem uma única estratégia: bater em Lula. Vai longe o tempo em que era representado como o Super-Homem, inflado boneco gigante em frente ao Congresso. O STF acaba de abrir inquirição contra ele por suposta fraude em delação.

O ex-governador Wilson Witelz, cassado após três anos de mandato, tornou o desejo de atrair na cabeceira pelo trabalho no escritório de advocacia. Tentou se eleger em 2022, mas teve a candidatura impugnada. Sua mulher concorreu a deputada federal e não foi eleita. Um de seus clientes é o truculento jogador Felipe Melo. Não faltará empatia entre os dois.

Como deputado e senador, Michel Temer conseguiu encolher o presidente da República. Agora quer se vender como conselheiro do Acício (e sem a graça do personagem de Eça). Sua chance de voltar às manchetes está na reabertura, já solicitada, do longo processo sobre o esquema de corrupção no porto de Santos.

## Chega da cantilena

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Fera de Deus" e editor do Observatório Evangélico e do site Conselho Nacional

O pastor Alexandre Gonçalves não tem muita paciência quando escuta que a esquerda gostaria de dialogar com evangélicos. Em conversa recente, ele desabafou: "Olha, eu desisto dessa cantilena. Não tem de se aproximar de lideranças evangélicas, mas sim do povo, da massa cristã." Cantilena quer dizer palavreado astucioso para iludir, enganar.

Alexandre representa uma combinação de experiências raras e muito necessárias neste Brasil dos extremos. Além de pastor de uma igreja pentecostal — a principal igreja pentecostal para afrodescendentes nos EUA —, de episcopal, rodoviário federal e fundador do movimento Cristãos Trabalhistas, do PDT. Ou seja, é evangélico, trabalha com segurança pública e é alguém publicamente de esquerda. Ele diz com clareza o que pensa, inclusive para defender terceiros de candidaturas atacadas por evangélicos.

Para a esquerda dialogar com massa cristã, o movimento Cristãos Trabalhistas propõe que o ministro religioso possa atuar como uma espécie de "cromopredador individual" (MEI). Ao pagar R\$ 78 mil por mês, ele ou ela poderá desfrutar de direitos como licença-saúde, licença gestante e aposentadoria de um salário mínimo.

No Brasil, a maioria dos ministros religiosos — de qualquer religião, inclusive pais e mães de santo — não tem direito a proteção previdenciária. Nos comentários da minha última coluna nesta Folha, um leitor se referiu ao trabalho de pastor como "a profissão mais rentável dos últimos tempos". Só quem está desconectado do mundo popular diz isso.

Em 2022, pesquisa Datafolha descreveu a cara do evangélico brasileiro como sendo pobre, preta e periférica. E, segundo estudo do Ipea coordenado por Fernando de Negri, as igrejas que se multiplicam mais rapidamente no país não têm denominação conhecida, ou seja, são as igrejas pequenas que crescem desde os anos 1950 nos arredores das cidades.

A atriz e escritora Fernanda Torres fez uma autocrítica em sua recente participação no Roda Viva, da TV Cultura. Em 1997, ao ser questionada, no mesmo programa, se tinha algum preconceito, respondeu "ter preconceito" contra "cristão", fala que se tornou meme e continua sendo usada para ridicularizar evangélicos nas redes sociais. "Jamais repetiria isso hoje. Os evangélicos ocuparam um lugar que o Estado não ocupou", disse Fernanda no Roda Viva de 8 de janeiro.

Como jornalista, a jornalista progressista precisa refletir sobre o que significa defender "pontos como inclusão e diversidade no contexto do Brasil real. E a partir de ações, como Alexandre propõe, dizer a esses ministros, inclusive os evangélicos, que eles merecem respeito e atenção.

spyer@uol.com.br